

CONTRIBUIÇÕES ANARQUISTAS PARA A LUTA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Kaithy das Chagas Oliveira¹

Resumo

Este trabalho tem como principal finalidade apresentar o panorama histórico e social de luta dos trabalhadores na América Latina, cuja presença das ideias e ações anarquistas tiveram forte relevância. O texto foi construído a partir da contextualização histórica da chegada das ideias anarquistas na região e os seus desdobramentos na construção de um aparato de luta social de grande expressão nos finais do século XIX e início do XX. Além disso, foi evidenciado o aspecto da permanência da repressão estatal, como elemento de imbricamento com o sistema capitalista e as possibilidades de aproximação da proposta anarquista com os aspectos contra hegemônicos e emancipatórios que se formam no processo de luta. O anarquismo se desenvolveu na América Latina com diversos matizes, que vão desde às ações individuais, numa perspectiva mais radical do anarquismo expropriador, até ações mais coletivas que colocam o grupo como elemento fundante, como é o caso do anarcossindicalismo. O estudo realizado expressa uma incipiente pesquisa bibliográfica histórica e social acerca do tema, bem como sistematiza algumas ideias trabalhadas no contexto da disciplina de História da Américas realizada no primeiro semestre dos anos de 2017, junto ao Departamento de Estudos Latino-Americanos, da Universidade de Brasília. A conclusão alcançada, ainda que inicial, remete à significativa contribuição do pensamento/ação anarquista em terras latina americanas para a construção das lutas que perduram ainda nos tempos atuais. Aspecto notório da resistência revolucionária anarquistas na América Latina refere-se ao seu irredutível compromisso com o esfacelamento do Estado, considerado dentro do pensamento libertário o principal agente protetor da propriedade privada e estrutura repressora por natureza. As práticas da ação direta, da autogestão, da horizontalidade das relações, a divulgação das ideias por meio da imprensa alternativa e a criação de espaços educativos voltados à formação intelectual e política são algumas das práticas utilizadas como legado do movimento anarquista na América Latina. As reflexões aqui apresentadas representam um caminho recentemente iniciado pela pesquisadora e que, por isso, assume ainda um caráter incipiente de discussão. No entanto, já considera o quão desafiante é enfrentar este debate que é bastante complexo e que apenas poderá ser devidamente desenvolvido quando somada a oportunidades como esta, de um oportuno e profícuo convite ao pensamento crítico acerca dos processos históricos e sociais que se constituíram na América Latina. O recorte aqui apresentado é um esforço de trazer à tona a relevância e abrangência da contribuição anarquista para o pensamento social e político na América Latina, mesmo obscurecida por omissões e silenciamentos destas produções.

Palavras-Chave: Anarquismo; América Latina; Contra Hegemonia; Emancipação.

¹ Possui Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Goiás. Doutoranda em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, junto ao Departamento de Estudos Latinos Americanos da Universidade de Brasília. Docente da área de Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Formosa.

Introdução

A primeira metade do século XIX foi um período de grandes transformações sociais e históricas, no qual o enfraquecimento ou mesmo a derrocada de alguns impérios que se consolidaram a partir do ciclo das conquistas colonialistas europeias, cede espaço para a emergência de outro ciclo imperialista, mediante intensas disputas, que, paulatinamente, foi constituindo os Estados Unidos da América como agente hegemônico do sistema capitalista, alcançando uma feição mais consolidada na primeira metade do século XX. Simultaneamente a isso, a região que conhecemos hoje como América Latina² também enfrentou, durante o século XIX, intensas disputas no que tange ao processo de independências e a formação dos Estados-nação.

Na segunda metade do século XIX, as consequências destas disputas tomaram contornos mais claros. De um lado temos os EUA buscando ocupar um novo ciclo imperialista, em que a América Latina deveria ocupar lugar de subserviência aos interesses da nova hegemonia em processo de consolidação. De outro temos as jovens nações, já politicamente independentes, que buscavam constituir uma identidade, mediante a disputa de alguns projetos de sociedade. Nestas disputas, as lutas populares organizadas passaram a ser agentes importantes de contestação e de busca de um horizonte emancipador, já atuando como crítica ao projeto imperialista que se desenvolvia a partir do norte americano e, nesse sentido, atuando como lutas contra hegemônicas.

Considerando a efervescência política e social que ocupou toda a região da América, sem deixar de considerar as articulações com os acontecimentos em todo o globo, vou situar nesta oportunidade de discussão alguns elementos que demonstram a contribuição do movimento Anarquista, que teve grande relevância à crítica e a ação hoje considerada contra hegemônica para a América Latina. Na esteira destes enfrentamentos foram concebidos, também, algumas proposições voltadas a construir um projeto de emancipação que ensejava libertar as populações latino-americanas, dentro da diversidade que foi se constituindo a partir das consequências do processo colonial. Tais propostas tiveram significativa adesão dos movimentos sociais consolidados na região, especificamente na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX. Portanto, mesmo que seja em caráter panorâmico e incipiente é oportuno empreender esta memória.

² Para Feres Junior (2005), o termo “América Latina” (ou Latin American) é uma “invenção recente”, nos finais do século XIX. Refere-se principalmente a percepção do “americano” (EUA) em relação ao “Outro que habita a América”, qualificando-o como infantil, irracional, atrasado, subdesenvolvido, racialmente inferior.

O Anarquismo na América Latina

Como conjunto de ideias e filosofia social, o Anarquismo tem seu surgimento no contexto europeu, crivado pelo debate da primeira metade do século XIX, como uma das correntes do “socialismo pré-marxista” (CAPPELLETTI, 1990). As teses libertárias – mutualista do francês Pierre-Joseph Proudhon e a coletivista do russo Mikhail Aleksandrovitch Bakunin, principalmente esta última – tiveram forte inserção no contexto da organização da classe trabalhista, por ocasião da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como I Internacional de 1864, bem como na Comuna de Paris em 1871 (BESANCENOT; LÖVY, 2016). Tais acontecimentos tiveram grande repercussão em todas as localidades que demandavam a organização de trabalhadores frente à necessidade de confronto com a opressão capitalista.

Na América Latina os movimentos sociais e trabalhistas se constituíram a partir da articulação das demandas locais, mas também tomando como referências as ideias que subsidiaram as experiências europeias, realizando aqui os ajustamentos necessários para compatibilizar com a necessidade das lutas travadas neste lado do Atlântico. É pertinente ressaltar que tão logo tais ideologias chegaram na região, foram sendo acomodadas às realidades aqui existentes. É o que afirma Abramson (1999), mencionando que “[...] *la historia de las utopias sociales en América Latina no se reduce al reconocimiento del europeo en la copia americana, pues el terreno – en el sentido biológico del término – reacciona modificando y adaptando todo lo que proviene del Viejo Mundo*” (p. 12).

Alguns determinantes sociais e históricos foram imprescindíveis ao acesso destas noções. É o que afirma Carlos Manuel Rama quando trata das primeiras manifestações das ideias socialistas na região, mencionando situações importantes neste trânsito de ideias. Primeiramente no início do século XIX em que os intelectuais latino-americanos, da primeira geração independentistas, acessaram, a partir do contato com a intelectualidade europeia, principalmente na França, as ideias utópicas. Posteriormente pelo contato com imigrantes, principalmente militantes, que vieram para a América Latina em busca de exílio político e puderam divulgar as suas ideias por meio das redes de contatos que se estabeleceram na região. E, por último, a imigração de estrangeiros europeus para vários países latino-americanos, que possuíam alguma experiência sindical em seus países de origem (RAMA, 1980, p. 97).

Este foi um contexto de circulação das ideias revolucionárias, que foram bastante oportunas às crescentes demandas por organização de trabalhadores, no campo e na cidade,

frente aos desdobramentos do mundo moderno, que foi se consolidando neste período como uma nova etapa de estruturação do sistema capitalista, como a transformação da divisão internacional do trabalho e da alocação do político-econômico-cultural do centro e da periferia mundiais, calcado pela lógica da colonialidade do poder (QUIJANO, 2000). Foi nesse sentido que o movimento criou lastro também na América Latina, ganhando incisiva abrangência em toda a região, com a adesão de muitas organizações sociais que buscaram respaldo ou se desenvolveram a partir das ideias libertárias. Conforme Cappelletti (1990),

Ya durante la década del 60 las ideas anarquistas llegan a América Latina y se concretan en algunos grupos de acción. En las Antillas francesas se fundan Secciones de la Internacional; en México se difunden las ideas de Proudhon e Bakunin y surgen las primeras organizaciones obreras, campesinas y estudiantiles de signo libertario. A comienzos de los años 70 es clara la presencia de núcleos anarquistas en ambas márgenes del Plata. Desde entonces y durante más de medio siglo, el anarquismo tiene una larga y accidentada historia en muchos de los países latinoamericanos. (p. IX)

As ideias anarquistas vão, portanto, se capitalizando por toda América Latina e foram constituindo relevantes referências para a construção das lutas sociais em toda a região. No caso do México teve um importante papel na sua história política, assim como nas disputas armadas que estiveram presentes durante a Revolução Mexicana. A queda de Porfírio Dias em 1910 é consequência de um processo de luta, já composto pela classe operária organizada sob a mediação de Ricardo Flores Magon, anarcossindicalista³ atuante, interlocutor de Emiliano Zapata, que também desenvolvia uma ação incansável na mobilização de camponeses, com vistas na construção de uma vida calcada pela igualdade e liberdade (WOODCOCK, 2014, pp. 210-212).

No Chile e no Peru as ideias anarquistas vão inspirar as primeiras organizações da classe trabalhadora, consideradas principalmente por seu potencial revolucionário. No Equador, Panamá e Guatemala também as primeiras organizações trabalhistas ocorrem a partir da influência anarquista (CAPPELLETTI, 1990, p. X). Na Argentina, importantes nomes do movimento anarquista europeu, como Errico Malatesta e Pietro Gori, realizaram várias conferências em todo o país entre 1880 e 1900. Desde o início do século XX o anarquismo foi

³ O anarcossindicalismo é uma vertente do anarquismo que se constitui como uma doutrina “ao mesmo tempo proletária e revolucionária”. Considera a centralidade “Ação direta” e o recurso da “Greve Geral” como recursos fundamentais para a destruição do Estado (HALL; SPALDING JR., 2015, p. 300).

a corrente de pensamento que mais fundamentou as grandes mobilizações argentinas deste período, como é o caso da criação da Federação Operária Regional Argentina (FORA) em 1901. E até a criação da Federação Libertária Argentina, especificamente constituída por anarquistas em 1930, o anarquismo continuou atuando no campo da combatividade, especialmente na atuação do movimento dos trabalhadores (PEREZ, 2006).

No Brasil, o movimento anarquista ganhará maior notoriedade e força no processo de organização do operariado, em vias de proletarização, no alavancar do desenvolvimento da vida urbano-industrial brasileira, nas décadas finais do século XIX e início do século XX. Viana (2006) considera a referência do anarquismo como definitiva nesse processo de organização dos trabalhadores no Brasil, afirmando que este se tornou expressão proeminente na organização dos movimentos trabalhistas no início do século XX. Em maior ou menor medidas, o movimento anarquista, considerados a partir de sua diversidade, exerceu influência em toda a América Latina (HALL; SPALDING JR., 2015, p. 300).

Resultado desta expressiva inserção do pensamento libertário na concretização da luta protagonizada pelos trabalhadores latino-americanos destaca-se a atuação da classe trabalhadora urbana, passam a se organizarem pela formação de sindicatos, que durante as primeiras décadas do século XX são fomentados, principalmente, pela perspectiva anarcossindicalista na maior parte da América Latina. Em vários países as Greves Gerais vão representar o enorme potencial revolucionário assumido pelos movimentos de trabalhadores. Na perspectiva anarcossindicalista o principal objetivo, instrumentalizado a partir da ação sindical era a destruição do Estado, na busca de uma nova sociedade. Mesmo com dificuldades em alavancar greves que tivessem um impacto mais perene contra os empregadores e contra o Estado, muitas greves ocorreram nas primeiras décadas do século XX e em toda a América Latina. Segundo Hall e Spalding Jr. (2015), esse foi o período que:

[...] irromperam diversas greves gerais regionais ou no âmbito de uma cidade e fecharam Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo e várias outras cidades por grande período de tempo. Algumas greves já foram planejadas como greves gerais; muitos desses movimentos, porém, foram no início greves de uma categoria e, de uma forma mais ou menos espontânea, se transformaram em greves gerais, muitas vezes para protestar contra atos de repressão ou para tirar proveito do que parecia ser condições favoráveis para obter ganhos mais substanciais. (p. 305)

Deveras as greves representaram para a organização trabalhista na América Latina um recurso de pressão estatal e para o empresariado. Especialmente a partir de 1917, sob a inspiração da Revolução Bolchevique, grandes greves ocorrem em várias partes da região, com enorme potencial mobilizador. Outro aspecto importante é o fato das ações grevistas terem se multiplicado após este ano, como é caso da Argentina que apenas em 1919 somou 367 greves. Além das greves, os trabalhadores também utilizaram o “boicote, a chamada ‘operação tartaruga’ e, às vezes, sabotagem. Multiplicaram também a criação de sindicatos e várias destas novas organizações estiveram sob a égide do pensamento e ação anarquistas.

A resposta violenta do Estado: repressão como retorno à “ordem”

Indissociável deste contexto de lutas em que ganha expressividade a ação anarquista, especialmente representada pelo anarcossindicalismo, na América Latina encontra-se a ávida, violenta e autoritária resposta do Estado, pelo aparato militar, ou, ainda, pela ação de milícias contratadas pelo empresariado/industriais. Tomando como emblema da luta de trabalhadores em todo o mundo, encontra-se o 1º de Maio como dia internacional de luta pela jornada de trabalho de oito horas, adotado por anarquistas e marxistas. A data marca o contexto de grande repressão sofrida por crescentes manifestações de trabalhadores em Chicago, EUA, no ano 1886. O revide com uma bomba contra os policiais, a partir de manifestantes não identificados, encontraram o pretexto para empreenderem a condenação de oitos sindicalistas, com pena de enforcamento de cinco deles (um deles antecipa sua morte com o suicídio dentro da prisão). Posteriormente ficou provada a fabricação das provas que incriminaram os militantes, principalmente vinculados ao anarquismo. Ficaram mundialmente conhecidos como “Mártires de Chicago” e são parte da memória de luta dos trabalhadores.

O 1º de maio é tomado como dia internacional da luta dos trabalhadores porque simboliza o caráter insurgente das mobilizações, no entanto, denuncia o caráter nefasto da ação estatal na repressão violenta e mortífera de trabalhadores que ousaram questionar a ordem vigente. Este caráter repressivo, que não se restringe a esse período e vem de longe, desde os primeiros momentos da colonização, se tornou constitutiva dos Estados em toda a América Latina, especialmente neste contexto de mobilizações.

Quase todos os governos da região, no período em questão, praticaram várias formas de repressão, tais como: fechamento de sedes de sindicatos, saques e depredação de oficinas de jornais, dispersão de manifestações ou reuniões, espancamento e prisões de líderes trabalhistas

(HALL; SPALDING JR., 2015, pp. 289-290). Incluindo, também, a inserção de policiais espíões e agentes provocadores para incitar a violência, com intenção de deturpar o sentido das mobilizações, veiculando uma ideia de que eram ações de caráter meramente desordeiro. A brutalidade na repressão dos coletivos anarquistas foi ficando bastante evidente, associando o movimento ao caos, desordem e bagunça que precisavam ser combatidas. Compreensão essa que perdura, em grande medida, no senso comum dos tempos atuais.

Em várias das grandes cidades que foram tomadas pelas mobilizações das greves gerais, houve uma “momentânea” perda de controle da polícia. Como foi o caso da Greve Geral de 1917 em São Paulo que se iniciou com uma simples paralisação que foi fortemente reprimida pela polícia, culminando na morte de um manifestante. Este foi o estopim para se alastrar mobilizações, tornando a repressão policial impossível, em função da quantidade de pessoas se mobilizando. No entanto, o revide do Estado foi imediato, não só decretando “Estado de Sítio” em outras mobilizações, como foi o caso de 1918. Na esteira das ações repressivas, houve o fechamento de sindicatos, campanha de deportações e prisões, incentivo a atividade de grupos vigilantes de direita.

Em Buenos Aires, na Argentina, em janeiro de 1919, ocorreu a “semana trágica”, durante o governo radical de Hipólito Yrigoyen. Em uma ação repressiva de policiais contra “Piqueteiros”, em uma greve de metalúrgicos, quatro trabalhadores foram mortos. No enterro destes, a polícia recorre à ação violenta de modo mais incisivo, provocando a morte de mais vinte pessoas. A partir do ocorrido se desdobra uma greve geral de proporções maciças. A ação policial se soma ao exército e a grupos de vigilância (paramilitares) provocando a morte de aproximadamente 700 pessoas, incluindo crianças. Para justificarem esta ação truculenta espalharam o “boato” que a greve era uma conspiração bolchevique (HALL; SPALDING JR., 2015, pp. 289-290). Este argumento se converteria em uma espécie de “salvo conduto” para se legitimar grandes tragédias. A associação de qualquer mobilização à noção de “conspiração bolchevique” foi uma alternativa estratégica que passaria a ser usada com frequência para as práticas autoritárias frente à luta social. Principalmente após segunda guerra mundial, no contexto da guerra fria, foi o pressuposto para legitimar ditaduras vindouras, sob a batuta dos interesses estadunidenses.

No período de 1917 a 1920 ocorrem no Chile significativas mudanças na luta entre capital e trabalho, como resultado das várias e contundentes greves organizadas por trabalhadores. Houve, no entanto, um reforçamento da máquina repressiva do Estado. Nesse sentido, conforme afirmam Hall e Spalding Jr. (2015), a repressão neste país tornou-se “mais

organizada e mais completa”, a partir de então utilizando recursos como: “listas negras” e “cruel violência física”. A manutenção da “ordem” se faz pela via da violência que é inerente ao projeto de sociedade contestado pelas organizações trabalhistas, uma denúncia recorrente dos militantes anarquistas. A exemplo disto, temos o massacre de centenas de trabalhadores, em 1925, nas minas de nitrato chilenas, em La Coruña.

Os exemplos trazidos anteriormente são parte significativa da ação repressiva do Estado, que lança mão de recursos cada vez mais truculentos e cerceadores. A enorme coação que se estabelece às organizações trabalhistas não incide apenas nos adeptos ao pensamento/ação anarquista, no entanto, estes são bastante visados nas políticas que se desdobram para desarticular tais organizações. É o caso da criação da Lei de Residência em 1902, na Argentina, e a Lei Adolfo Gordo, em 1907, no Brasil, que, grosso modo, punia com a expulsão de estrangeiros envolvidos com as greves. Associava-se aos imigrantes a ação anarquista, uma vez que estes foram considerados os agitadores que se encarregaram de ventilar o anarquismo em terras americanas. As deportações foram consideradas punições que preconizavam o “nacionalismo” dos países, implicando a expulsão de 383 pessoas da Argentina, em 1916, e 550 deportações no Brasil, em 1921. Além das extradições, legislações voltadas à censura da imprensa operária, levou ao fechamento de vários periódicos em toda a América Latina. Fuzilamentos e torturas também fizeram parte do sistema repressivo latino americano (PEREZ, 2006).

O enfoque na violência e permanente prática repressiva aos movimentos sociais, foi um dos aspetos que enfraqueceu a ação anarquista na América Latina, que foram perseguidos, atacados, presos e expulsos dos países. Os golpes de Estado “mais ou menos fascistoides” que se propagaram pela região, por volta dos anos 1930, retiraram do aporte da repressão dos movimentos caracterizados como de esquerda (CAPPELLETTI, 1990), dentre os quais os movimentos anarquistas, a força necessária para desarticular os movimentos trabalhistas no início do século. Para Perez (2006), tomando o exemplo da Argentina, tais elementos somados às mudanças de hábitos sociais e culturais – como a própria disposição dos espaços nas cidades e a propagação de uma cultura do entretenimento –, bem como o acirramento das divergências com o marxismo, que foi se organizando também por meio de partidos políticos e se aproximando da ação estatal (fortemente combatida pelos anarquistas). Desqualificavam a ação anarquista, associando-a a um tipo de “trabalhador atrasado, rêmora de regimes pré-capitalistas com tendência a desaparecer” (p. 195) implicaram certo enfraquecimento da influência anarquista.

O entranhamento da violência nas estruturas estatais e empresariais e a prática da repressão de qualquer manifestação que problematize o *status quo* da sociedade, destacam um aspecto que é inerente à própria consolidação do sistema capitalista, a agressividade que se faz estruturante deste sistema. Para Ceceña (2006),

De hecho, un sistema de organización social como el capitalista, sustentado en la competencia y en la consecuente negación del otro, es un sistema en el que la guerra es un rasgo inmanente, y la contrainsurgencia, aunque sea subliminal, es el signo disciplinador permanente. Es decir, las relaciones sociales en el capitalismo o bien tienden hacia la construcción de una democracia que a la larga elimine la propiedad privada y que por tanto niegue el propio capitalismo, o bien son controladas mediante mecanismos variados que inhiben o reprimen los excesos de libertad. (p. 15)

Nuances contra hegemônicas e projetos de emancipação anarquista na América Latina

O anarquismo se desenvolveu na América Latina com diversos matizes, que vão desde às ações individuais, numa perspectiva mais radical do anarquismo expropriador, até ações mais coletivas que colocam o grupo como elemento fundante, como é o caso do anarcossindicalismo. É pertinente ressaltar que o anarquismo não foi apenas uma ideologia veiculada pelas massas de trabalhadores urbanos e campesinos imigrantes que se estabeleceram em terras latino americanas, foi uma expressão que teve identificação com as práticas econômicas e políticas das massas autóctones da América, que buscaram referências consideradas muito próximas de alguns postulados do anarquismo, nos modos de viver anterior à colonização e até mesmo anterior ao estabelecimento do poder Asteca e Inca (CAPPELLETTI, 1990, p. X). Há aspectos coincidentes destas perspectivas, que tornam o anarquismo um movimento que pode ser rearticulado a partir das demandas de luta existentes na região há centenas de anos⁴.

Por mais que o movimento anarquista não tenha se constituído em uma elite ou mesmo uma “vanguarda” revolucionária e não tenham se ocupado das instituições – como as universidades –, como aponta Cappelletti (1990), realizou uma problematização social e histórica necessária à construção de ferramentas contra hegemônicas, propiciando significativas contribuições para a organização da luta de trabalhadores, com um horizonte revolucionário. Nesse sentido, é possível afirmar o caráter utópico desta atuação, que visou construir uma

⁴ Os movimentos “campesinos” no México, desenvolvidos a partir da atuação de Emiliano Zapata e posteriormente na constituição do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), embora não assumam diretamente uma conotação anarquista, possui muitos traços libertários em suas atuações (BESANCENOT; LÖWY, 2016)

sociedade justa, baseada na emancipação dos sujeitos históricos, que imbuídos de liberdade e autonomia, mediante a luta organizada de modo autogestionada, poderiam destruir o Estado e romper a estrutura da propriedade privada que origina as desigualdades no mundo humano.

O conceito de contra hegemonia se expressa mediante seu antagonismo em relação às forças hegemônicas que se constroem social e historicamente. Conforme Gramsci (2001), a hegemonia é a supremacia de um grupo social que se faz tanto pela “dominação” e como “direção intelectual e moral” (p. 21). Nesse sentido, a consolidação burguesa nos finais do século XX, como desdobramento de processos sociais e históricos anteriores, é a consolidação do sistema (mundo) capitalista, constituindo-se em frente hegemônica, que impõe seus domínios e direções em uma escala globalizante. As lutas populares que trataram da superação destas condições históricas, pela via revolucionária, atuaram, portanto, na tensão imprescindível que alimenta a perspectiva contra hegemônica. Conforme Ornelaz (2006),

La experiencia histórica de la lucha social, y muy especialmente, la historia de los procesos revolucionarios, nos muestran que los puntos de referencia que proporcionan ideas-fuerza para orientar la lucha y la transformación social, tienen una importancia capital. Si bien es cierto que son los trabajadores y sus organizaciones quienes se constituyen en sujeto de la transformación social a través de sus luchas, lo que llamamos puntos de referencia (que han sido organizaciones, pero también periódicos, clubes, y más recientemente grupos de intelectuales) ha llegado a hacer aportes cualitativos en tanto contribuyen a formular los análisis y las estrategias adecuados al momento histórico, teniendo en cuenta las realidades del sujeto transformador. (p. 96).

Ornelaz (2006) não se propõe recuperar a ação dos anarquistas, em função do objeto de sua análise, no entanto, trata do potencial da luta social que se constitui nos mais variados espaços do planeta, como perspectiva contra hegemônica, que visa a superação da hegemonia que perdura na contemporaneidade. As lutas históricas de trabalhadores e trabalhadoras que apostaram na visão anarquista/anarcossindicalista, como horizonte fundamental da construção da liberdade e a emancipação dos povos, em contraposição às opressões hegemônicas fundadas no mundo moderno, não lograram êxito dentro do alcance revolucionário que pretendia. No entanto, propiciaram muitas contribuições para a instrumentalização contra hegemônica que se formou ao longo do século XX e ainda hoje oferece subsídios encaminhar as lutas sociais.

Aspecto notório da resistência revolucionária anarquistas na América Latina refere-se ao seu irredutível compromisso com o esfacelamento do Estado, considerado dentro do

pensamento libertário o principal agente protetor da propriedade privada e estrutura repressora por natureza. Ocorreram permanentes boicotes na participação eleitoral durante o período analisado, por ser considerado pelos militantes um recurso que fortalece a ordem capitalista e deveria ser combatido (HALL; SPALDING JR., 2015, pp. 289-290). Essa perspectiva radical do pensamento anarquista é um ponto crucial, que incide na divergência longínqua com o pensamento marxista. Mesmo que o próprio Karl Marx tenha dirigido fortes críticas à permanência do Estado, especialmente na oportunidade que escreveu sobre a Comuna de Paris, as experiências socialistas que se fundamentaram neste aporte teórico assumiram outra direção em relação ao Estado, seja nos desdobramentos da Revolução Bolchevique, seja orientação partidárias que desdobra no contexto latino americano no início do século XX. Nos tempos atuais, a ocupação do Estado recebe uma outra leitura por aqueles que apostam na perspectiva contra hegemônica, uma vez que visualizam potencialidades desta inserção. A história mostrará quão exitosa será esta estratégia para os processos revolucionários.

As práticas da ação direta, da autogestão, da horizontalidade das relações, a divulgação das ideias por meio da imprensa alternativa e a criação de espaços educativos voltados à formação intelectual e política são algumas das práticas utilizadas como legado do movimento anarquista na América Latina. Algumas destas ações se concretizaram a partir da consolidação de espaços formativos organizados em torno de bibliotecas populares e escolas modernas/rationais, amplamente divulgadas pela imprensa libertária da época. Tais experiências foram, em grande medida, os propulsores do movimento anarquista e suas ideologias em terras americanas e ainda inspiram os “novos” movimentos sociais, como é caso do Movimento Passe Livre no Brasil, Exército Zapatista de Libertação Nacional, Ecosocialismo e a Ecologia Libertária (BESANCENOT; LÖWY, 2016).

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas representam um caminho recentemente iniciado e que, por isso, assume ainda um caráter incipiente de discussão. No entanto, já considera o quão desafiante é enfrentar este debate que é bastante complexo e que apenas poderá ser devidamente desenvolvido quando somada a oportunidades como esta, de um oportuno e profícuo convite ao pensamento crítico acerca dos processos históricos e sociais que se constituíram na América Latina. O recorte aqui apresentado é um esforço de trazer à tona a relevância e abrangência da

contribuição anarquista para o pensamento social e político na América Latina, mesmo obscurecida por omissões e silenciamentos destas produções.

Buscando evitar os erros indicados por Cappelletti (1990), que afirma que a busca das contribuições anarquistas, muitas vezes, é obscurecida, por ignorância ou má fé, tratadas de modo apressado, o que minimiza a sua real importância. A exposição aqui realizada foi uma tentativa inicial de se evidenciar algumas das contribuições constituídas pelo pensamento e ações libertárias. Não almeja, em absoluto, o esgotamento do tema. Ao contrário, assume de pronto uma feição inacabada, com muitas questões que servirão de orientação para continuidade destes estudos. Muitos aspectos da luta social na América Latina, bem como os posicionamentos acerca das propostas anarquistas lançam-se como ensejo para a continuidade da reflexão.

Referências

ABRAMSON, Pierre-Luc. *Las utopías sociales en América Latina en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades Revolucionárias: Nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. Tradução de João Alexandre Peschanski e Nair Fonseca. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CAPPELLETTI, Angel J.. Prologo y cronología. En: RAMA, Carlos M.; CAPPELLETTI, Angel J. (Selección e notas). *El Anarquismo en América Latina*. Caracas, Venezuela: Biblioteca Aycucho, 1990.

CECEÑA, Ana Esther. Subjetivando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación. En: *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HALL, Michael M.; SPALDING JR., Hobart A.. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos na América Latina, 1880 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. Volume IV: de 1870 a 1930. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

ORNELAZ, Raul. Contrahegemonías y emancipaciones: Apuntes para un inicio de debate. En: CECEÑA, Ana Esther. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PEREZ, Pablo M. Uma história do anarquismo: o surgimento da Federal Libertária Argentina. In: *VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 9 (maio 2006). São Paulo: o Programa, 2006.

RAMA, Carlos Manuel. El movimiento obrero y social en America Latina: primeiras experiências (1830-1817). En: *Anuario de Estudios Centroamericanos*. ISSN-e 2215-4175, ISSN 0377-7316, Nº. 6, 1980.

VIANA, Nildo. A aurora do anarquismo. In: DEMINICIS, Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil*. Volume I. Niteroi, RJ: EdUFF, 2006.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Volume 2: O Movimento. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2014.